

CONTRATO CEDAE Nº 079/2019
(DPR) que entre si celebram a
COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E
ESGOTOS (CEDAE) e a FEDERAÇÃO
DAS EMPRESAS DE TRANSPORTES DE
PASSEIROS DO ESTADO DO RIO DE
JANEIRO – FETRANSPO-.

A **COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS**, sociedade de economia mista, com sede nesta Cidade, na Av. Presidente Vargas, 2655 – Cidade Nova – CEP 20.210-030, registrada na JUCERJA sob n.º 5.000, em 14 de agosto de 1975, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 33.352.394/0001-04, neste ato por meio de seu Diretor Presidente, Sr. HÉLIO CABRAL MOREIRA, e de seu Diretor Financeiro e de Relações com Investidores, Sr. JOSÉ BANDEIRA DE MELLO JÚNIOR, doravante denominada **CEDAE**, e a **FEDERAÇÃO DAS EMPRESAS DE TRANSPORTES DE PASSAGEIROS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – FETRANSPO-**, inscrita no CNPJ/MJ sob o n.º 33.747.288/0001-11, com sede na Rua da Assembleia, nº 10, 33º andar, sala 3311 e 39º andar, salas 3901 a 3910, neste ato por meio de seu Presidente Executivo, Sr. ARMANDO GALHARDO NUNES GUERRA JUNIOR, daqui por diante denominada **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente contrato no **Processo Administrativo E-07/100.315/2019**, mediante **Inexigibilidade de Licitação (IL N. 001/2019 – DJG)**, com fundamento no art. 30, inciso I, da Lei 13.303/2016, pela qual se regerá, bem como pelos preceitos de direito privado, cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

A presente contratação tem por objeto a aquisição de **"VALES TRANSPORTES PARA EMPREGADOS DA CEDAE"**, conforme aprovado em REDIR realizada no dia 16 de Agosto de 2019, autuada às fls.147 do processo administrativo já mencionado, conforme características e estimativas detalhadas no Termo de Referência anexo.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO

O prazo de vigência contratual será de **12 (doze) meses** contados a partir da data indicada na Ordem de Fornecimento, que poderá ser emitida após a assinatura deste instrumento.

Parágrafo Primeiro - Os fornecimentos intermediários observarão o cronograma de fls. 33 do processo administrativo, e ocorrerão conforme demanda emitida em ordem escrita pela CEDAE.

Parágrafo Segundo - Esta contratação poderá ser prorrogada por iguais e sucessivos períodos até o limite de 05 (cinco) anos totais de vigência, desde que observados os requisitos constantes do art. 203 do RILC.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CEDAE

Constituem obrigações da **CEDAE**:

- a) efetuar os pagamentos devidos à **CONTRATADA**, nas condições estabelecidas neste contrato;
- b) fornecer à **CONTRATADA** documentos, informações e demais elementos que possuir, vinculados à execução satisfatória do presente contrato;
- c) exercer a fiscalização do contrato;
- d) aceitar, no que couber, provisória e definitivamente o objeto do contrato; e
- e) Emitir Requisição de Vale-Transporte e Boleto de Pagamento, apresentando-os à **CONTRATADA**, discriminando o período a que se refere a cobrança e a respectiva quantidade de vales transportes, o número e o objeto do respectivo Contrato.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Constituem obrigações da **CONTRATADA**, além daquelas descritas no Termo de Referência anexo:

- a) repassar os créditos de vale-transporte, após o devido pagamento, nas quantidades, qualidade, local e prazos especificados no termo de referência desta contratação, cujo teor integra o presente ajuste;
- b) entregar o objeto do contrato sem qualquer ônus para a **CEDAE**, estando incluído no valor do pagamento todas e quaisquer despesas, tais como transporte, frete, embalagem, testes, seguros, carga e descarga e ainda quaisquer tributos de qualquer natureza que incidam sobre o fornecimento ora pactuado;
- c) disponibilizar a quantidade de cartões necessárias à execução do contrato;
- d) comunicar o Fiscal do contrato, por escrito, sobre qualquer problema ou impossibilidade de execução de qualquer obrigação contratual, para a adoção das providências cabíveis;

- e) reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, no todo ou em parte, e às suas expensas, o objeto do contrato quando se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de execução irregular;
- f) indenizar todo e qualquer prejuízo comprovadamente causado à CEDAE ou a terceiros pela má execução do contrato;
- g) atender, em prazo razoável, a todas as determinações formuladas pela Comissão de fiscalização da **CEDAE**;
- h) manter as condições de habilitação inicialmente exigidas para esta contratação durante todo o período de vigência contratual;
- I) atender todas as determinações da fiscalização da **CEDAE**;
- J) Manter sigilo acerca das condições deste contrato, de dados processados, inclusive documentação;
- k) responsabilizar-se por todos os atos e trabalhos executados pelo seu pessoal relativos ao fornecimento de vale-transporte, cabendo-lhe responsabilizar-se civilmente, providenciando o reparo de qualquer dano comprovadamente provocado, quer por culpa ou dolo, por ação de qualquer omissão de seus funcionários;
- l) disponibilizar, junto à CEDAE, funcionário gestor do contrato e representante junto à Administração para o controle e gerenciamento da execução do contrato;
- m) disponibilizar tabela atualizada dos valores unitários das tarifas relativas aos diversos municípios do estado do Rio de Janeiro;
- n) manter disponível, somente para o funcionário da CEDAE que tenha o seu CPF vinculado ao RIOCARD, o acesso mediante login e senha individual ao site da RioCard, que conterá informações sobre o uso do cartão de sua titularidade, incluindo o saldo dos créditos do respectivo cartão não utilizado no período;
- o) emitir os cartões e os respectivos créditos dentro dos valores solicitados pela CEDAE;
- p) observar os seguintes prazos no fornecimento dos cartões e na recarga dos créditos:
 - i) Fornecedor da 1ª via do cartão: 07 (sete) dias úteis a partir da solicitação via sistema e pagamento da recarga mínima exigida;
 - ii) Fornecedor de crédito para o mês antecipado: 72 (setenta e duas) horas após confirmação do pagamento pelo banco;
 - iii) Fornecedor de crédito a partir de bolsa de crédito: 48 (quarenta e oito) horas após confirmação de pedido via sistema;
 - iv) Estorno de cartão: retorno em 48 (quarenta e oito) horas após entrega do cartão com lista e carta à CONTRATADA;
 - v) Cancelamento de cartão por perda/roubo/extravio/quebra: imediato, a contar da solicitação feita à Central de Atendimento ao Cliente, tel: 2127-4000, nos casos de cartão empresa/empresa usuário ou portador. A garantia do crédito pela **CONTRATADA** somente ocorrerá após 48 horas da **realização** do cancelamento;



vi) Estorno de crédito residual do cartão cancelado por perda/ roubo/ extravio/ quebra: 05 (cinco) dias."

CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR DO CONTRATO

A presente contratação será executada em regime de fornecimento contínuo, com valor total **estimado** em **R\$ 11.670.800,76 (onze milhões, seiscentos e setenta mil, oitocentos reais e setenta e seis centavos)**.

- (i) O valor desta contratação não possui natureza remuneratória, caracterizando-se pelo somatório das tarifas de transporte público coletivo adquiridas pela **CEDAE**, podendo haver variação mensal no valor total repassado à **CONTRATADA** em razão do aumento das tarifas, da existência de feriados, bem como de eventuais alterações no quadro de pessoal da **CEDAE**; e
- (ii) O valor desta contratação poderá ser suplementado sempre que houver o reajustamento das tarifas de ônibus ou o incremento do número de funcionários da **CEDAE**, o que será feito sem caracterizar o acréscimo quantitativo previsto no art. 81, §2º da Lei 13.303/2016.

Parágrafo Primeiro - O preço ajustado inclui o lucro e todos os custos dos serviços, sejam diretos ou indiretos, responsabilizando-se a **CONTRATADA** por toda e qualquer despesa ainda que não prevista textualmente neste Contrato, inclusive a que decorrer de ato ou fato que implique em transgressão ou inobservância de qualquer dispositivo legal ou regulamentar, federal, estadual ou municipal.

Parágrafo Segundo - As despesas com a execução do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias, para o corrente exercício de 2019, assim classificados:

Programa de Trabalho: 2200022016
Conta Orçamentária: 116830001
Fonte de Recursos: 10
Código Orçamentário: 33903943
Centro de Custos: DH00000000
ID da Reserva Orçamentária: 2019000758

CLÁUSULA SEXTA – CONDIÇÕES PARA PAGAMENTO



Os pagamentos à **CONTRATADA** serão efetuados à vista, mediante Requisição de Vale-Transporte/Boleto de Pagamento, na Conta Corrente da **CONTRATADA**, a ser por ela indicada.

(i) As datas da Requisição do Vale -Transporte ou do Boleto de Pagamento deverão ter vencimento preferencialmente nos dias 10 a 25.

Parágrafo Primeiro - As Requisições de Vale-Transporte ou Boleto de Pagamentos para aquisição dos créditos eletrônicos serão emitidos/gerados por meio da "Internet" sob a responsabilidade e orientação da **CONTRATADA**.

Parágrafo Segundo - A **CEDAE**, após o recebimento da Requisição de Vale-Transporte / Boleto de Pagamento, não deverá exceder o prazo máximo de 05 (cinco) dias para realização pagamento.

Parágrafo Terceiro - Quaisquer alterações nos dados bancários deverão ser comunicadas à **CEDAE**, por meio de carta, ficando sob inteira responsabilidade da **CONTRATADA** os prejuízos decorrentes de pagamentos incorretos devido à falta de informação, especialmente no que se refere à não entrega da Requisição de Vale- Transporte/ Boleto de Pagamento nos prazos avençados.

Parágrafo Quarto - Correrão por conta da **CONTRATADA** o ônus do prazo de compensação e todas as despesas bancárias decorrentes da transferência de crédito.

Parágrafo Quinto - A **CONTRATADA** é obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstituir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados. Os bens ou os materiais cujos padrões de qualidade e desempenho estejam em desacordo com a especificação serão recusados pelo responsável pela execução e fiscalização do contrato, que anotarà em registro próprio as ocorrências e determinará o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados. No que exceder à sua competência, comunicará o fato à autoridade superior, em 05 (cinco) dias, para ratificação.

Parágrafo Sexto - A **CONTRATADA** declara, antecipadamente, aceitar todas as condições, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pela fiscalização, obrigando-se a fornecer todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações de que esta necessitar e que forem julgados necessários ao desempenho de suas atividades.

Parágrafo Sétimo - A fiscalização efetuada pela **CEDAE** não excluirá ou atenuará a responsabilidade da **CONTRATADA**, nem a eximirá de manter fiscalização própria.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA SUBCONTRATAÇÃO



Não será admitida a subcontratação na execução deste contrato.

CLÁUSULA OITAVA – DA IMPOSSIBILIDADE DE MODIFICAÇÃO DO CONTRATO PELA SUPRESSÃO

O atraso, a tolerância ou a omissão da **CEDAE** no exercício de suas prerrogativas jamais ensejará a modificação automática das cláusulas avençadas, não sugerindo qualquer renúncia de direitos por parte desta, que poderá exercê-los a qualquer tempo.

CLÁUSULA NONA – DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

Este contrato poderá ser alterado por acordo entre as partes, formalizado por meio de Termo Aditivo, com observância do disposto nos art. 209 a 211 do RILC.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DEMAIS PENALIDADES

A inexecução do contrato, total ou parcial, a execução imperfeita, a mora na execução ou qualquer inadimplemento ou infração contratual, sujeitarão a **CONTRATADA**, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que lhe couber, às penalidades seguintes:

- a) advertência;
- b) multa administrativa;
- c) suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a CEDAE por prazo não superior a 2 (dois) anos;

Parágrafo Primeiro - A sanção administrativa deve ser determinada de acordo com a natureza e a gravidade da falta cometida.

Parágrafo Segundo - A advertência e a multa, previstas nas alíneas "a" e "b" do caput desta cláusula, serão impostas pelo Diretor responsável, na forma do art. 21, §1º, do Procedimento de aplicação de sanções da CEDAE.

Parágrafo Terceiro - A suspensão temporária do direito de licitar e impedimento de contratar com a CEDAE, previstos na alínea "c" do caput desta cláusula, será imposta pelo Diretor Presidente desta Companhia, na forma do art. 21, parágrafo terceiro, do Procedimento de Aplicação de Sanções da CEDAE.

Parágrafo Quarto - A multa administrativa, prevista na alínea "b" do caput, será aplicada à **CONTRATADA** pelo descumprimento de suas obrigações acessórias, observando o que segue:



- i) corresponderá ao valor de até 5% (cinco por cento), aplicada de acordo com a gravidade da infração e proporcionalmente às parcelas **não** executadas;
- ii) nas reincidências específicas, deverá corresponder ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta;
- iii) O somatório das multas administrativas deverá observar o limite de 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou do empenho.
- iv) poderá ser aplicada cumulativamente a qualquer outra penalidade; e
- v) não tem caráter compensatório, não se confundindo, portanto, com as multas por atraso, com a multa rescisória e com a multa prevista na cláusula décima sexta, que poderão ser aplicadas cumulativamente à multa administrativa.

Parágrafo Quinto - A suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar, prevista na alínea "c", do caput desta cláusula, será aplicada conforme as disposições do art. 9º do Procedimento de Aplicação de Sanções da CEDAE, observando o seguinte:

- i) não poderá ser aplicada em prazo superior a 2 (dois) anos;
- ii) sem prejuízo de outras hipóteses, **deverá** ser aplicada quando o adjudicatário faltoso, sancionado com multa, não realizar o depósito deste valor no prazo devido;

Parágrafo Sexto - A aplicação das penalidades acima referidas, em virtude das infrações contratuais retro mencionadas, não importará em renúncia, por parte da **CEDAE**, da faculdade de declarar rescindido o contrato, se assim entender conveniente ao interesse público.

Parágrafo Sétimo - O atraso injustificado no cumprimento das obrigações contratuais sujeitará a **CONTRATADA** à **multa de mora** por dia útil que exceder ao prazo estipulado, conforme percentuais abaixo:

- a) 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, até o limite de 9,9%, correspondente a até 30 (trinta) dias de atraso; e
- b) 0,66 % (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, quando o atraso ultrapassar 30 (trinta) dias, até o limite máximo de 20%.

Parágrafo Oitavo - As multas porventura aplicadas serão consideradas dívidas líquidas e certas, ficando a **CEDAE** autorizada a descontá-las das garantias prestadas, e caso estas sejam insuficientes, dos pagamentos devidos à **CONTRATADA**; ou ainda, quando for o caso, cobrá-las judicialmente, servindo para tanto, o instrumento contratual como título executivo extrajudicial.



Parágrafo Nono - A intimação do interessado deverá indicar o prazo e o local para a apresentação de defesa.

I) A defesa prévia do interessado será exercida no prazo de 10 (dez) dias úteis.

Parágrafo Décimo - Será emitida decisão conclusiva sobre a aplicação ou não da sanção, pela autoridade competente, devendo ser apresentada a devida motivação, com a demonstração dos fatos e dos respectivos fundamentos jurídicos.

Parágrafo Décimo Primeiro - Todas as multas previstas neste contrato, incluindo a rescisória e a prevista na cláusula décima sexta, serão somadas quando aplicadas cumulativamente, e terão como limite seus respectivos percentuais máximos.

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA - DA RESCISÃO CONTRATUAL

A inexecução total ou parcial do contrato poderá ensejar a sua rescisão com as consequências cabíveis.

Parágrafo Primeiro - A rescisão contratual poderá ocorrer por:

- I - ato unilateral e escrito, quando verificada a ocorrência de qualquer das situações descritas no art. 222 do RILC;
- II- acordo entre as partes, reduzido a termo no processo de contratação, desde que seja vantajoso à CEDAE; ou
- III - decisão judicial ou arbitral.

Parágrafo Segundo - Os casos de rescisão contratual deverão ser formalmente motivados nos autos do processo administrativo que ensejou a contratação, sendo assegurado à **CONTRATADA** o direito ao contraditório e ampla defesa.

Parágrafo Terceiro - Quando a rescisão ocorrer por interesse exclusivo da **CEDAE**, sem que haja culpa da **CONTRATADA**, esta será ressarcida dos prejuízos que houver sofrido.

Parágrafo Quarto - A rescisão por ato unilateral da **CEDAE**, quando justificada no descumprimento de obrigações contratuais por parte da **CONTRATADA**, acarretará a aplicação de multa rescisória, no percentual de 10% (dez por cento) calculada sobre o saldo reajustado do contrato, bem como a execução da garantia contratual e/ou a utilização dos créditos decorrentes do próprio contrato.

Parágrafo Quinto - A **CEDAE** se reserva o direito de cobrar indenização suplementar em juízo se ficar constatado que o prejuízo causado foi superior ao valor da multa rescisória aplicada, conforme autorização contida no art. 416, parágrafo único, *in fine*, do Código Civil.



Parágrafo Sexto - A rescisão contratual por acordo entre as partes será da competência da autoridade referida no art. 25 do RILC; enquanto a rescisão unilateral ficará a cargo do Diretor responsável pela contratação, conforme art. 15 do Procedimento Interno de Sanções da CEDAE.

CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA – DO RECURSO AO JUDICIÁRIO

As importâncias decorrentes de quaisquer penalidades impostas à **CONTRATADA**, inclusive as perdas e danos ou prejuízos que a execução do contrato tenha acarretado, quando superiores à garantia prestada ou aos créditos que a **CONTRATADA** tenha em face da **CEDAE**, que não comportarem cobrança amigável, serão cobrados judicialmente.

Parágrafo Único – Caso a **CEDAE** tenha de recorrer ou comparecer a Juízo para haver o que lhe for devido, a **CONTRATADA** ficará sujeita ao pagamento, além do principal do débito, da pena convencional de 10% (dez por cento) sobre o valor do litígio, dos juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, despesas de processo e honorários de advogado, estes fixados, desde logo, em 20% (vinte por cento) sobre o valor em litígio.

CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA – DA ACEITAÇÃO PROVISÓRIA DO OBJETO

O recebimento provisório será feito mensalmente observando, **no que couber**, o disposto para "contratos de compra" na OS "E" n. 14.693/2017.

CLÁUSULA DÉCIMA-QUARTA – DA ACEITAÇÃO DEFINITIVA DO OBJETO

O objeto do contrato será recebido definitivamente ao final, observando os procedimentos da OS "E" n. 14.693/2017, no que couber.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA– DA PUBLICAÇÃO

O extrato desta contratação será publicado no Diário Oficial do Estado, para fins de mera publicidade, e posteriormente divulgado no sítio eletrônico da **CEDAE**.

Parágrafo Único - Após a publicação no Diário Oficial, deverá ser observado o disposto na Deliberação TCE-RJ n. 280/2017 para o envio das informações nos casos exigidos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA– DAS MEDIDAS DE INTEGRIDADE – LEI ESTADUAL 7.753/2017

Parágrafo Primeiro - Na execução do presente Contrato é vedado às partes, dentre outras condutas:



- a) prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público ou a quem quer que seja;
- b) criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para celebrar o presente Contrato;
- c) obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações do presente Contrato, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais;
- d) manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro do presente Contrato; ou
- e) de qualquer maneira fraudar o presente Contrato; assim como realizar quaisquer ações ou omissões que constituam prática ilegal ou de corrupção, nos termos da Lei nº 12.846/2013 (conforme alterada) ou de quaisquer outras leis ou regulamentos aplicáveis ("Leis Anticorrupção"), ainda que não relacionadas com o presente Contrato.

Parágrafo Segundo - A **CONTRATADA** compromete-se a respeitar, cumprir e fazer cumprir, no que couber, o **Código de Ética e Conduta da CEDAE, presente no link www.cedae.com.br/governancacorporativa**. A CEDAE se compromete a respeitar, cumprir e fazer cumprir, no que couber, o Código de Conduta da **CONTRATADA**.

Parágrafo Terceiro - A violação aos parágrafos primeiro e segundo pelos administradores, empregados ou prestadores de serviços da **CONTRATADA**, a depender da gravidade da infração e dos danos causados à CEDAE, acarretará na aplicação das sanções administrativas previstas no contrato, rescisão unilateral e/ou ressarcimento de perdas e danos apurados.

Parágrafo Quarto - A comunicação imediata à CEDAE de eventual violação aos parágrafos primeiro e segundo, acompanhada das medidas tomadas pela **CONTRATADA**, suficientes para sanar a violação, desde que preservados os negócios da **CEDAE**, sua imagem e reputação, serão consideradas como atenuantes para o fim previsto no parágrafo anterior.

Parágrafo Quinto - A **CONTRATADA** se obriga a possuir e manter programa de integridade nos termos da disciplina conferida pela Lei Estadual n.º 7.753/2017 e eventuais modificações e regulamentos subsequentes, consistindo tal programa no *"conjunto de mecanismos e procedimentos internos de integridade, auditoria e incentivo à denúncia de irregularidades e na aplicação efetiva de códigos de ética e de conduta, políticas e diretrizes com o objetivo de detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a Administração Pública"*.

Parágrafo Sexto - O programa de integridade será obrigatório nos contratos com prazo de vigência igual ou superior a 180 (cento e oitenta) dias cujo valor ultrapasse R\$ 650.000,00 (seiscentos e cinquenta mil reais), para compras e serviços, ou R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais), para obras e serviços de engenharia; sendo facultativo nos demais casos.



Parágrafo Sétimo - A **CONTRATADA** que não possuir o programa de integridade já implantado deverá constituí-lo no prazo de até 180 (cento e oitenta) dias contados da assinatura deste contrato.

Parágrafo Oitavo - O não atendimento ao disposto no parágrafo sétimo implicará na aplicação de multa moratória de 0,02%, por dia, incidente sobre o valor do contrato.

Parágrafo Nono - O montante correspondente à soma dos valores básicos das multas moratórias será limitado a 10% do valor do contrato.

Parágrafo Décimo - O não cumprimento da exigência durante o período contratual acarretará na impossibilidade da contratação da empresa com a Administração Direta e Indireta do Estado do Rio de Janeiro até a sua regular situação.

Parágrafo Décimo-Primeiro - O cumprimento da exigência da implantação não implicará ressarcimento das multas aplicadas.

Parágrafo Décimo-Segundo - Caberá ao Gerente do Contrato, sem prejuízo de suas demais atribuições, conforme estabelecido no artigo 11 da Lei Estadual 7.753 de 02/10/2017, fiscalizar a aplicabilidade de seus dispositivos.

Parágrafo Décimo-Terceiro - As ações e deliberações do Gerente do Contrato não poderão implicar interferência na gestão das empresas nem ingerência de suas competências, devendo ater-se a responsabilidade de aferir a implantação do Programa de Integridade por meio de prova documental emitida pela **CONTRATADA**."

Parágrafo Décimo-Quarto - A prática de atos de contra a Administração Pública Estadual sujeitará a **CONTRATADA** às sanções previstas na Lei Federal nº 12.846/2013, na forma do Decreto Estadual n. 46.366/2018.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - FORO

Para dirimir quaisquer questões porventura decorrentes deste Contrato, as partes elegem o foro da Comarca da Capital do Rio de Janeiro, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.



E, por estarem assim acordes em todas as condições e cláusulas estabelecidas neste contrato, firmam as partes o presente instrumento em 03 (três) vias de igual forma e teor, depois de lido e achado conforme, em presença de testemunhas abaixo firmadas.

Rio de Janeiro, 28 de AGOSTO de 2019.

Pela **CEDAE**:

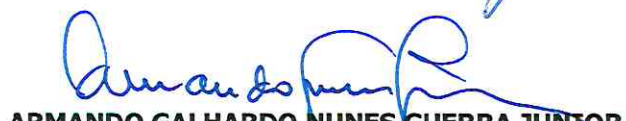


HELIO CABRAL MOREIRA
Diretor Presidente



JOSÉ BANDEIRA DE MELLO JUNIOR
Diretor Financeiro e de Relações com
Investidores

Pela **CONTRATADA**:



ARMANDO GALHARDO NUNES GUERRA JUNIOR
Presidente Executivo

TESTEMUNHAS:

1) _____

2) _____

Ref. Contr-FETRANSPOR-aquisição-IL-001-2019-DJG.

ANEXO I



TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO:

Fornecimento de Vale-Transporte aos empregados da Companhia Estadual de Águas e Esgotos. - CEDAE, na forma da Lei 7418 de 16/12/1985, alterada pela Lei 7619 de 30/09/1987 para utilização efetiva em despesas de deslocamento residência-trabalho e vice-versa, através do sistema de transporte coletivo público, urbano ou intermunicipal e/ou interestadual com características semelhantes aos urbanos, excluídos os serviços seletivos e os especiais

2. JUSTIFICATIVA:

Dever de prover, os empregados, de forma antecipada de Vale Transporte, benefício instituído pela Lei nº 7418 de 16/12/85, regulamentado pelo Decreto nº 92.180 de 19 de dezembro 1985, e tornado obrigatório por força da Lei 7619/1987.

A inexigibilidade de Licitação se fundamenta no Art.30, I da Lei nº 13303/2016, em razão da resolução SECTRAN nº 215 de 15/10/1987, considerando a exclusividade da Federação das Empresas de Transportes de Passageiros do Estado do Rio de Janeiro - FETRANSPOR, na emissão, comercialização e distribuição dos Vales Transporte nas regiões do Grande Rio, Metropolitana e baixada fluminense.

3. ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO:

Item	Cod. IFS	Nomenclatura	Unidade	Quantidade
1	2113030001	FORNECIMENTO DE VALE TRANSPORTE	Un	01

FORNECIMENTO DE VALE-TRANSPORTE	
Previsão de gasto para 12 meses	R\$ 11.670.800,76
Previsão de gasto mensal	R\$ 972.566,73
Empregados contemplados em MAIO/2019	2403
Média de Dias úteis por Mês	22
Média de gasto mensal por empregado	R\$ 404,73
Valor médio Diário Gasto por Empregado	R\$ 18,39

4. CRITÉRIO DE JULGAMENTO DA PROPOSTA:

4.1 – Não cabível por se tratar de Inexibilidade de Licitação.

4.2 - Taxa Administrativa Percentual Nula

5. TIPO DE CONTRATAÇÃO E REGIME/FORMA DE EXECUÇÃO/FORNECIMENTO:

5.1. Serviço de natureza contínua.

5.1.1. De natureza contínua;

5.1.2. Sem alocação de mão de obra;

5.1.3. Regime de exclusividade de empreitada por preço unitário.

6. PRAZO DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO:

6.1. A presente contratação vigorará pelo prazo de 12 (doze) meses contados a partir da ordem de início que vier a ser emitida pela CEDAE, devendo esta ordem ser posterior à publicação do ato ratificador da contratação na Imprensa Oficial do Estado, sendo esta prorrogável por igual período;.

6.2. A contratada, após a devida comprovação quitação em seu favor, mediante solicitação da contratante, promoverá a necessária individualização de créditos em favor dos empregados da Contratante, no cartão magnético ou eletrônico destinado a utilização de vale-transporte;

6.3. Os Valores dos créditos serão definidos pela contratante, por ocasião de sua requisição periódica à contratada;

6.4. A contratada deverá, com base em sistema de carga e recarga de créditos dos cartões, utilizar-se de sistema *online*, de modo que os beneficiários não necessitem deslocar-se para efetuar as recargas;

6.5. Na solicitação de crédito acima mencionado já se encontram excluídos aqueles empregados que não tenham feito opção pelo recebimento de vale-transporte ou estiverem em gozo de férias, licenças médicas, faltas e etc.

7. LOCAL DE EXECUÇÃO:

Os serviços serão prestados no âmbito do Estado do Rio de Janeiro.



8. CONDIÇÕES DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

As condições de validação pela Contratante, dos serviços prestados pela contratada deverão seguir os preceitos da Ordem de serviço CEDAE "E", número 14.693 de 23/05/2017 em especial e sem prejuízo de outros os itens 12.6 e subitens.

9. PRAZO E CONDIÇÕES DE GARANTIA, MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA DO PRODUTO OU SERVIÇO:

Realizar a reposição dos cartões defeituosos, extraviados, furtados ou roubados, bem como, se necessário, bloquear o saldo existente logo após a devida comunicação do fato ocorrido.

10. FORMA E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

10.1. Dar-se-á mediante emissão pela contratante de Boleto de Pagamento, apresentando-a(s) à CONTRATADA, discriminando o período a que se refere a cobrança e a respectiva quantidade de vales transportes, o número e o objeto do respectivo Contrato.

11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

11.1. Manter todas as condições relativas à regularidade jurídica e com a previdência social, durante todo o período deste Contrato.

11.2. Fornecer a requisição de vale-transporte, consensualmente aprovada pelos Contratantes, de modo a atender as necessidades de ambos.

11.3. Manter sigilo acerca das condições deste contrato, de dados processados, inclusive documentação.

11.4. A CONTRATADA será a única e exclusiva responsável por todos os atos e trabalhos executados pelo seu pessoal relativos ao fornecimento de vale-transporte, cabendo-lhe responsabilizar-se civilmente, providenciando o reparo de qualquer dano provocado, quer por culpa ou dolo, por ação de qualquer omissão de seus funcionários.

11.5. A CONTRATADA deverá disponibilizar junto à CONTRATANTE (CEDAE), funcionário gestor do contrato e representante junto à Administração para o controle e gerenciamento da execução do contrato.

11.6. Disponibilizar para a CONTRATANTE (CEDAE) tabela atualizada constando os valores unitários das tarifas relativas aos diversos municípios do estado do Rio de Janeiro.

11.7. Manter disponível, somente para o funcionário da CONTRATANTE que tenha o seu CPF vinculado ao RIOCARD, o acesso mediante login e senha individual ao site da RioCard, que conterá informações sobre o uso do cartão de sua titularidade, incluindo o saldo dos créditos do respectivo cartão não utilizado no período.

11.8. Emitir os cartões e os respectivos créditos dentro dos valores solicitados pela CONTRATANTE (CEDAE)

11.9. O fornecimento dos cartões e seus créditos serão efetuados nos seguintes prazos:

11.9.1. Fornecedor da 1ª via do cartão : 07 (sete) dias úteis a partir da solicitação via sistema e pagamento da recarga mínima exigida ;

11.9.2. Fornecedor de crédito para o mês antecipado: 72 (setenta e duas) horas após confirmação do pagamento pelo banco;

11.9.3. Fornecedor de crédito a partir de bolsa de crédito: 48 (quarenta e oito) horas após confirmação de pedido via sistema;

11.9.4. Estorno de cartão: retorno em 48 (quarenta e oito) horas após entrega do cartão com lista e carta à CONTRATADA;

11.9.5. Cancelamento de cartão por perda/roubo/extravio/quebra: imediato, a contar da solicitação feita à Central de Atendimento ao Cliente, tel: 2127-4000, nos casos de cartão empresa/empresa usuário ou portador. A garantia do crédito pela FETRANPOR somente ocorrerá após 48 horas da realização do cancelamento;

11.9.6. Estorno de crédito residual do cartão cancelado por perda/ roubo/ extravio/ quebra: 05 (cinco) dias.

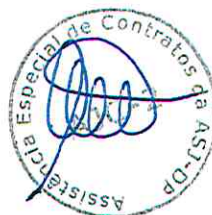
11.9.7. Observar o cumprimento do quantitativo de pessoas com deficiência, estipulado pelo art. 93 da Lei Federal no 8.213/91;

12. AMOSTRA

Não aplicável.

13. VISITA TÉCNICA

Não se aplica



14. ACORDO DE NÍVEIS DE SERVIÇO

Rubrica: 

14.1. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pela CEDAE, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador de serviço;

14.2. A CONTRATADA, de posse das informações repassadas pelo fiscal do contrato, autorizará o referido desconto pela CONTRATANTE relativos à aplicação do Acordo de Nível de Serviços. Verificada a regularidade da fatura, o fiscal do contrato juntará a estas os termos de notificação produzidos no período, e os encaminhará para pagamento.

14.3. As questões relativas ao presente Acordo de Níveis de Serviço serão previamente tratados diretamente entre os representantes da CONTRATANTE(CEDAE) e a CONTRATADA (FETRANSPOR, (Gestores do Contrato), que deverão observar que em nenhuma hipótese o cumprimento do Acordo de Nível de serviço poderá ensejar a falta de créditos em favor dos empregados.

14.4. Do sistema de pontuação:

13.3.1. sistema de pontuação destina-se a definir os graus de pontuação para cada tipo de ocorrência.



Folha: 72
Rubrica:

INDICADOR 1	Com relação ao Crédito nos Cartões de Passagens após o pagamento da fatura em 72 horas após a confirmação do pagamento pelo Banco.
Metas a Cumprir	Credito em até 72 horas após a confirmação do pagamento pelo Banco.
Critério de Medição	Tempo decorrido entre o pagamento do Boleto/Fatura e o Crédito dos valores destinados aos Cartões dos empregados.
Forma de acompanhamento	Através de Relatório emitido pela CONTRATADA e/ou comprovante de pagamento.
Periodicidade e Mecanismo de Cálculo.	MENSAL. Cada comunicação será registrada e valorada Individualmente.
Critérios de pontuação do Indicador	Tempo de Até: (dias úteis) 00 dias → 0 ponto 01 dias (exclusive) e 03 dias (inclusive) → 3 pontos 04 dias (exclusive) e 06 dias (inclusive) → 6 pontos 07 dias→ 9 pontos
Sanções Administrativas	01 dias (exclusive) e 03 dias (inclusive) → 3 pontos Advertência, conforme contrato 04 dias (exclusive) e 06 dias (inclusive) → 6 pontos Multa Administrativa conforme contrato 07 dias→ 9 pontos Multa Administrativa em dobro, conforme contrato

14.4. faixa de ajuste no pagamento:

14.4.1. A depender da pontuação acumulada pela CONTRATADA ao longo do mês em faturamento, serão realizados descontos na fatura mensal devida pela CEDAE, escalonando-se os percentuais de dedução conforme quadro abaixo:

Pontuação

2	Desconto de 2% sobre o valor total da fatura mensal
3	Desconto de 5% sobre o valor total da fatura mensal
4	Desconto de 8% sobre o valor total da fatura mensal
5	Desconto de 10% sobre o valor total da fatura mensal
6	Desconto de 12% sobre o valor total da fatura mensal
7	Desconto de 15% sobre o valor total da fatura mensal
8	Desconto de 18% sobre o valor total da fatura mensal
9	Desconto de 20% sobre o valor total da fatura mensal



14.4.2. Em caso de não acolhimento das razões da CONTRATADA, apresentada à comissão de fiscalização, será realizado na forma da tabela acima, em decisão irrecorrível.

14.4.3. Findo o mês de competência para apuração do nível de conformidade dos serviços, a pontuação acumulada será zerada para o mês/competência subsequente.

14.5. Das demais penalidades e do foro:

O presente Acordo de Nível de Serviço não implicará em prejuízo para a aplicação das penalidades prevista no art. 83 da Lei Nº 13.303 de 30/06/2016, bem como daquelas estabelecidas no edital de licitação, diante de eventual descumprimento contratual.

15. FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO

A contratação do presente objeto se dará por meio de instrumentos de formalização admitidos na Legislação que definirá os termos e condições da prestação dos serviços e a garantia do cumprimento dos demais elementos contidos no termo de referência

16. CONDIÇÕES GERAIS

16.1. Não havendo expediente na CONTRATANTE (CEDAE) no dia do pagamento ou de outro evento, a data para o adimplemento da obrigação será prorrogada para o primeiro dia útil imediato.



ANEXO II



ACORDO DE NÍVEL DE SERVIÇO - ANS

RUBRICA

1. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 1.1. Fica estabelecido entre as partes Acordo de Nível de Serviços - ANS, o qual tem por objetivo medir a qualidade dos serviços prestados pela CONTRATADA;
- 1.2. A medição da qualidade dos serviços prestados pela CONTRATADA será feita por meio de sistema de pontuação, explicitado no item 3.2, cujo resultado definirá o valor mensal a ser pago no período avaliado;
- 1.3. As situações abrangidas pelo Acordo de Nível de Serviços - ANS se referem a fatos cotidianos da execução do contrato, não isentando a CONTRATADA das demais responsabilidades ou sanções legalmente previstas;
- 1.4. A CONTRATANTE poderá alterar os procedimentos metodologia de avaliação durante a execução contratual sempre que o novo sistema se mostrar mais eficiente que o anterior e não houver prejuízos para a CONTRATADA.

2. DO ESCOPO DO SERVIÇO**1.1. Descrição do Serviço:**

Fornecimento de Vale-Transporte aos empregados da Companhia Estadual de Águas e Esgotos. - CEDAE, na forma da Lei 7418 de 16/12/1985, alterada pela Lei 7619 de 30/09/1987 para utilização efetiva em despesas de deslocamento residência-trabalho e vice-versa, através do sistema de transporte coletivo público, urbano ou intermunicipal e/ou interestadual com características semelhantes aos urbanos, excluídos os serviços seletivos e os especiais.

1.2. Objetivos:

Dever de prover, os empregados, de forma antecipada de Vale Transporte, benefício instituído pela Lei nº 7418 de 16/12/85, regulamentado pelo Decreto nº 92.180 de 19 de dezembro 1985, e tornado obrigatório por força da Lei 7619/1987.

A inexigibilidade de Licitação se fundamenta no Art.30, I da Lei nº 13303/2016, em razão da resolução SECTRA n° 215 de 15/10/1987, considerando a exclusividade da Federação das Empresas de Transportes de Passageiros do Estado do Rio de Janeiro - FETRANSPOR, na emissão, comercialização e distribuição dos Vales Transporte nas regiões do Grande Rio, Metropolitana e baixada fluminense

O objetivo, portanto, do Acordo de Nível de Serviço é a continuidade da prestação do serviço de energia elétrica, evitando que haja perda da produção de água em razão das oscilações de um dos componentes essenciais à prestação do serviço pela CEDAE.



1.3. Análise de Desempenho do Serviço (Relatórios):

A contratante, através da contratação, objetiva o fornecimento de vale-transporte aos empregados da CEDAE na forma de cartão magnético ou eletrônico. O serviço a ser medido é a forma de fornecimento, o cumprimento dos termos e condições estabelecidos.

A fiscalização a ser realizada será semanal, com geração de relatórios mensais, que serão fornecidos a contratada, mediante sua solicitação.

As medições serão realizadas através de Instrumento de Medição de Resultado (IMR), que serão preenchidos pela comissão de fiscalização, nomeada pelo Presidente da cia.

1.4. Comunicação: As comunicações entre a contratada e a CEDAE poderão ser realizadas através do e-mail dilmapimentel@cedae.com.br e do telefone (21) 2332- 3103, bem como através de protocolos realizados na sede da contratante, situada na Avenida Presidente Vargas, 2655, Cidade Nova, Rio de Janeiro-RJ.

A contratada deverá fornecer idênticos meios de contato à contratante, isto é, através de e-mail, telefone de contato ou, ainda, por via presencial.

3. DOS PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO DO CONTRATADO

3.1. Da fiscalização do contrato

- O Fiscal do Contrato designado pela CONTRATANTE acompanhará a execução dos serviços prestados, atuando junto a preposto indicado pela CONTRATADA.
- Verificando a existência de irregularidades na prestação dos serviços, o Fiscal do Contrato notificará o preposto da CONTRATADA para que esta solucione o problema ou preste os devidos esclarecimentos.
- A notificação quanto à existência de irregularidades na execução do contrato poderá ser verbal ou por escrito, a depender da gravidade da situação ou da reincidência do fato.
- Constatando irregularidade passível de notificação por escrito, o Fiscal do Contrato preencherá termo de notificação, relatando a ocorrência, seu grau de pontuação, o dia e a hora do acontecido;
- O termo de notificação será imediatamente apresentado ao preposto da CONTRATADA, o qual, constatando a ocorrência, deverá atestar de pronto seu "visto" no documento, que ficará sob a guarda do Fiscal do Contrato.
- O direito ao contraditório e ampla defesa será concedido à CONTRATADA através do registro pelo preposto da CONTRATADA, no próprio termo de notificação;
- A contratada poderá apresentar justificativas para a prestação do serviço em menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo órgão ou entidade, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao seu controle.
- Será emitida decisão conclusiva sobre a aplicação ou não da irregularidade, pelo



órgão ou entidade.

- Em até cinco dias úteis anteriores à apresentação da fatura mensal para ateste e pagamento, o Fiscal do Contrato informará à CONTRATADA o resultado da avaliação mensal do serviço.
- A CONTRATADA de posse das informações repassadas pelo Fiscal do Contrato, emitirá fatura mensal relativa aos serviços prestados, abatendo do valor devido pela CONTRATANTE os descontos relativos à aplicação do Acordo de Nível de Serviços.
- O Fiscal do Contrato, ao receber da CONTRATADA as faturas mensais para ateste, somente o fará quando verificada a dedução dos descontos acima mencionados.
- Verificada a regularidade da fatura, o Fiscal do Contrato juntará a estas os termos de notificação produzidos no período, e os encaminhará para pagamento.

3.2) Dos indicadores do nível do serviço prestado

INDICADOR 1	Com relação ao Crédito nos Cartões de Passagens após o pagamento da fatura em 72 horas após a confirmação do pagamento pelo Banco.
Metas a Cumprir	Crédito em até 72 horas após a confirmação do pagamento pelo Banco.
Critério de Medição	Tempo decorrido entre o pagamento do Boleto/Fatura e o Crédito dos valores destinados aos Cartões dos empregados.
Forma de acompanhamento	Através de Relatório emitido pela CONTRATADA e/ou comprovante de pagamento.
Periodicidade e Mecanismo de Cálculo.	MENSAL. Cada comunicação será registrada e valorada Individualmente.
Critérios de pontuação do Indicador	Tempo de Até: (dias úteis) 00 dias → 0 ponto 01 dias (exclusive) e 03 dias (inclusive) → 3 pontos 04 dias (exclusive) e 06 dias (inclusive) → 6 pontos 07 dias→ 9 pontos
Sanções Administrativas	01 dias (exclusive) e 03 dias (inclusive) → 3 pontos Advertência, conforme contrato 04 dias (exclusive) e 06 dias (inclusive) → 6 pontos Multa Administrativa conforme contrato 07 dias→ 9 pontos Multa Administrativa em dobro, conforme contrato

Rubrica: **4. DA FAIXA DE AJUSTE NO PAGAMENTO**

4.1 A faixa de ajuste no pagamento será definida pela soma das pontuações atribuídas às ocorrências produzidas no período de avaliação, conforme tabela abaixo:

Pontuação	Ajuste no pagamento
02 pontos	Desconto de 2% sobre o valor total da fatura mensal
03 pontos	Desconto de 5% sobre o valor total da fatura mensal
04 pontos	Desconto de 8% sobre o valor total da fatura mensal
05 pontos	Desconto de 10% sobre o valor total da fatura mensal
06 pontos	Desconto de 12% sobre o valor total da fatura mensal
07 pontos	Desconto de 15% sobre o valor total da fatura mensal
08 pontos	Desconto de 18% sobre o valor total da fatura mensal
09 pontos	Desconto de 20% sobre o valor total da fatura mensal



PROCESSO Nº E-03/11002283/2019 - VIVIANE DE MENDONÇA SOARES, ID Funcional 43575650, Professor Docente 1 - 16 horas, vínculo 1 e 3 (SEEDUC).

PROCESSO Nº E-03/002101819/2018 - ANA TERESA DE OLIVEIRA BAHENSE, ID Funcional 41924703, Professor Docente 1 - 16 horas, vínculo 2 (SEEDUC) e Professor MG - 20, matrícula 64.327-1 (Prefeitura Municipal de Saquarema).

PROCESSO Nº E-03/008102088/2018 - VANDERLEY JOSE DE OLIVEIRA, ID Funcional 40278220, Professor Docente 1 - 16 horas, vínculo 1 (SEEDUC) e Professor Docente 1, vínculo 2 (SEEDUC).

PROCESSO Nº E-03/002101689/2018 - MILENA DA SILVA ABREU, ID Funcional 50327185, Professor Docente 1 - 16 horas, vínculo 1 (SEEDUC) e Professor de Educação Básica, matrícula 235.776 (Prefeitura Municipal de Petrópolis).

PROCESSO Nº E-03/002101567/2018 - EDUARDO DA FONSECA AZEVEDO, ID Funcional 43873636, Professor Docente 1 - 16 horas, vínculo 1 (SEEDUC) e Professor 1 31 Grp 25h, matrícula 992827 (Prefeitura Municipal de Araruama).

PROCESSO Nº E-03/005H01502/2018 - MICHELLE DOMINGUES MEIRA LOPES FURTADO, ID Funcional 50746910, Professor Docente 1 - 16 horas, vínculo 2 (SEEDUC) e Professor 1 31- 25 horas, matrícula 992903 (Prefeitura Municipal de Araruama).

PROCESSO Nº E-03/0071540/2017 - MIRIAN FRANCISCA DE SOUZA CAMPOS, ID Funcional 35139145, Professor Docente II, vínculo 1 (SEEDUC) e Professor II, matrícula 10103.999-8 (Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro).

PROCESSO Nº E-03/0062456/2015 - PATRICIA CASTILHO DA COSTA, ID Funcional 50243365, Professor Docente I - 16 horas, vínculo 1 e 2 (SEEDUC).

LICITA A ACUMULAÇÃO DE CARGOS PELOS SERVIDORES, CONFORME DISPÕE O ART. 37, INCISO XVI, ALÍNEA "A", DA CRFB/1988.

SUBSECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS

DESPACHOS DO SUBSECRETÁRIO
DE 16.08.2019

PROCESSO Nº E-27/037100736/2018 - MAIR BALMANT RODRIGUES, ID Funcional 26845741, 1º Sargento BM, vínculo 1 (CBMERJ) e Agente de Serviços Gerais, matrícula nº 3885-4 (Câmara Municipal de Macaé).

ILICITA a acumulação de cargos pelo servidor, nos termos dos artigos 42 e 142, § 3º, II, da CRFB/1988, e o artigo 91, § 3º da CERJ/1993.

PROCESSO Nº E-03/006437/2019 - ELEIDE LESSA, ID Funcional 41032241, Professor Assistente da Administração Educacional I, vínculo 1 (SEEDUC), Professor Docente II, vínculo 2 (SEEDUC) e Professor - Orientador Educacional, matrícula nº 6446 (Prefeitura Municipal de São Gonçalo).

ILICITA a acumulação de cargos pela servidora, nos termos do inciso XVI, do art. 37 da CRFB/1988.

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

IMPRESSA OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

RETIFICAÇÃO
D.O. DE 20/08/2019
PÁGINA 05 - 3ª COLUNA

ATOS DO DIRETOR-PRESIDENTE

PORTARIA PR Nº 210 DE 28 DE AGOSTO DE 2019

DESIGNA SERVIDOR PARA OS FINS QUE
MENÇÃO.

Art. 1º
MILTON JOSÉ DE ALMEIDA

Onde se lê: ... a contar de 02 de agosto de 2019.
Leia-se: ... a contar de 15 de agosto de 2019.

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

ATO DO DIRETOR-PRESIDENTE
DE 22/03/2019

DESIGNA MICHAEL DE ALMEIDA LIRA, Economista C, como Presidente, ELIZABETH CHRISTINA DUQUE ESTRADA MEYER, Agente Administrativa F, ELDER MUNIZ DA SILVA, Agente de Saneamento H, como membros titulares e CARLOS ALBERTO DA ROCHA OLIVEIRA, Agente Administrativo E, como membro suplente, Gerente do Contrato JANE BAPTISTA CAMPOS DE MOURA, Assessora Administrativa do DF, bem como LUCIA SOARES SILVA, Assessora Adjunta, como suplente, para compor a Comissão de Fiscalização, referente à "CONTRATAÇÃO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ARRECAÇÃO DE CONTAS DE ÁGUA E ESGOTO", de que trata o Processo nº E-07/100.879/2018, Ordem de Serviço PFI nº 23.313-00/2018.

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

ATO DO DIRETOR-PRESIDENTE
DE 26/08/2019

DESIGNA GUARACINEA GOMES DE MATOS SILVA, Agente Administrativo E, como presidente, DENISE DE SOUZA BARROSO, Agente Administrativa B, VICENZO RAMUNDO SANTORO, Agente Administrativo C, como membros titulares e CARLOS ALBERTO DA ROCHA OLIVEIRA, Agente Administrativo E, como membro suplente, Gerente do Contrato MARCIO MONTEIRO DE AZEVEDO, Técnico de Contabilidade II, bem como JANE BAPTISTA CAMPOS DE MOURA, Assessora de Diretoria, como suplente, para compor a Comissão de Fiscalização, referente à "AQUISIÇÃO DE VALES TRANSPORTES - FETRASTRANS", de que trata o Processo nº E-07/100.315/2019, Ordem de Serviço PFI nº 26.047/2019.

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

ATO DO DIRETOR-PRESIDENTE
DE 27/08/2019

DESIGNA KAREN RODRIGUES RUSSO, Assessora de Comunicação Social, como Presidente, WALTER SOARES FERREIRA, Assessor de Departamento e LUCAS FERREIRA CARDOSO, Assessor Executivo, como membros titulares e ENNES AVELLAR DA SILVA, Agente Administrativo E, como membro suplente, Gerente do Contrato BRUNO GOMES PERPETUO, Assessor de Marketing, bem como RODRIGO MARTINS DOS SANTOS, Assessor Adjunto, como suplente, para compor a Comissão de Fiscalização, referente à "PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PUBLICAÇÃO DE EDITAIS, AVISOS, BALANÇOS E RELATÓRIOS DE CONTROLE DE QUALIDADE DE ÁGUA DA CEADE", de que trata o Processo nº E-07/100.247/2018, Ordem de Serviço PFI nº 23.324-00/2019.

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

DESPACHO DO DIRETOR-PRESIDENTE
DE 28/08/2019

PROCESSO Nº E-07/100.597/2018 - HOMOLOGO a licitação referente ao Pregão Eletrônico para Registro de Preços - SRP nº 02/2019, realizado em 16/08/2019.

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

DESPACHO DO DIRETOR-PRESIDENTE
DE 29/08/2019

PROCESSO Nº E-07/100.284/2017 - O PRESIDENTE DA COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEADE, em conformidade com o deliberado na Sessão Ordinária da Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro, realizada em 27/08/2019, no Processo AGENERA Nº E-22/007322/2019, dá publicidade à estrutura tarifária com reajuste das tarifas pela prestação de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, a vigor 30 dias após a publicação, conforme abaixo:

ESTRUTURA TARIFÁRIA "A" VIGENTE (data base outubro/2019)

CATEGORIA DE USUÁRIOS	CONSUMO (m³ / MÊS)	MULTIPLICADOR	ESTRUTURA TARIFÁRIA		
			TARIFA 1 (A)	TARIFA 2 (A)	TARIFA 3 (A)
DOMICILIAR	0 - 15	1,00	3,976280	4,555225	4,555225
	16 - 30	2,20		10,021496	10,021496
	31 - 45	3,00		19,555677	19,555677
	46 - 60	5,00		27,531355	27,531355
	> 60	8,00		36,441907	36,441907
COMERCIAL	0 - 20	3,40		15,487757	15,487757
	21 - 30	5,00		27,265803	27,265803
	> 30	6,40		29,153445	29,153445
INDUSTRIAL	0 - 20	5,20		23,687174	23,687174
	21 - 30	5,46		24,871533	24,871533
	> 30	9,39		29,107893	29,107893
PÚBLICA	0 - 15	1,32		5,012868	5,012868
	> 15	2,92		13,301259	13,301259
PÚBLICA	0 - 15	1,32	5,245589		
(*) ESTADUAL	> 15	2,92	11,619736		

ESTRUTURA TARIFÁRIA "B" VIGENTE (data base outubro/2019)

CATEGORIA DE USUÁRIOS	CONSUMO (m³ / MÊS)	MULTIPLICADOR	ESTRUTURA TARIFÁRIA VIGENTE		
			TARIFA 1 (B)	TARIFA 2 (B)	TARIFA 3 (B)
DOMICILIAR	0 - 15	1,00	3,487958	3,995804	3,995804
	16 - 30	2,20		8,790768	8,790768
	31 - 45	3,00		11,987412	11,987412
	46 - 60	5,00		23,074825	23,074825
	> 60	8,00		31,959433	31,959433
COMERCIAL	0 - 20	3,40		13,585733	13,585733
	21 - 30	5,00		23,934867	23,934867
	> 30	5,40		25,573147	25,573147
INDUSTRIAL	0 - 20	4,70		18,780279	18,780279
	21 - 30	4,78		18,780279	18,780279
	31 - 130	5,40		21,577343	21,577343
	> 130	5,70		22,776084	22,776084
PÚBLICA	0 - 15	1,32		5,274462	5,274462
	> 15	2,92		11,967747	11,967747
PÚBLICA	0 - 15	1,32	4,604103		
(*) ESTADUAL	> 15	2,92	10,184835		

TARIFA 1: Unidade predial com volume apurado até 0,5m³/dia/economia.
TARIFA 2 e 3: Demais unidades.

Tarifa Social:
Considera 1 economia e cobrança de 30 dias;
Valor do conta para Unidade Predial (atendida com água e um esgoto): R\$ 18,45.
A cobrança de esgoto é igual à cobrança de água.

ID: 2204573

Secretaria de Estado de Fazenda

ATO DO SECRETÁRIO

RESOLUÇÃO SEFAZ Nº 63 DE 29 DE AGOSTO DE 2019

DIVULGA AS METAS DE ARRECAÇÃO PARA OS FINS QUE MENCIONA.
O SECRETÁRIO DE ESTADO DE FAZENDA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto na Lei Complementar nº 134, de 29 de dezembro de 2008, e, tendo em vista o que consta no Processo nº E-04/058/55/2019;

RESOLVE:

Art. 1º - As metas de arrecadação para o 2º semestre de 2019 para os fins do disposto no § 2º e 3º, do artigo 13 da Lei Complementar nº 134/03, a serem cumpridas pelos grupos, são estabelecidas a seguir:

Metas Geral 2º Semestre 2019	R\$ 24.468.609.625,03
Grupo A e D - Inspetorias Especializadas	R\$ 20.740.253.859,87
Grupo A e D - Inspetorias Regionais	R\$ 3.182.103.209,88
Grupo B e E - Grupo Especial de Receitas Não Tributárias	R\$ 7.025.439.257,00
Grupo C e F - Orçãos Centrais	R\$ 24.468.609.625,03

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 29 de agosto de 2019

LUIZ CLAUDIO RODRIGUES DE CARVALHO
Secretário de Estado de Fazenda

ID: 2204776

DESPACHOS DO SECRETÁRIO
DE 29.08.2019

PROCESSO Nº E-04/10742/2019 - DOU PROVIMENTO PARCIAL ao recurso interposto pela Prefeitura Municipal de ANGRA DOS REIS contra os Índices Provisórios de Participação do seu Município para o exercício de 2020, estabelecidos pela Resolução SEFAZ nº 50/2019, consoante as razões constantes do pronunciamento da Coordenadoria de Declarações e Informações Econômico-Fiscais, que adita a esta decisão, e, em consequência, autoriza a inclusão no cômputo do IPM DEFINITIVO dos valores reclamados das DECLARAÇÕES CONSIDERADAS NO ÍTEM B.

PROCESSO Nº E-04/10744/2019 - DOU PROVIMENTO ao recurso interposto pela Prefeitura Municipal de ARRÁJAL DO CABO contra os Índices Provisórios de Participação do seu Município para o exercício de 2020, estabelecidos pela Resolução SEFAZ nº 50/2019, consoante as razões constantes do pronunciamento da Coordenadoria de Declarações e Informações Econômico-Fiscais, que adita a esta decisão, e, em consequência, autoriza a inclusão no cômputo do IPM DEFINITIVO dos valores reclamados das DECLARAÇÕES CONSIDERADAS NO QUADRO A e no Ítem B.

PROCESSO Nº E-04/10740/2019 - DOU PROVIMENTO PARCIAL ao recurso interposto pela Prefeitura Municipal de BARRA DO PIRAÍ contra os Índices Provisórios de Participação do seu Município para o exercício de 2020, estabelecidos pela Resolução SEFAZ nº 50/2019, consoante as razões constantes do pronunciamento da Coordenadoria de Declarações e Informações Econômico-Fiscais, que adita a esta decisão, e, em consequência, autoriza a inclusão no cômputo do IPM DEFINITIVO dos valores reclamados das DECLARAÇÕES CONSIDERADAS NO ÍTEM B, deixando-se de incluir os valores reclamados das DECLARAÇÕES NÃO CONSIDERADAS conforme Item A, em face dos motivos expostos.

PROCESSO Nº E-04/10732/2019 - DOU PROVIMENTO PARCIAL ao recurso interposto pela Prefeitura Municipal de BARRA MANSÁ contra os Índices Provisórios de Participação do seu Município para o exercício de 2020, estabelecidos pela Resolução SEFAZ nº 50/2019, consoante as razões constantes do pronunciamento da Coordenadoria

de Declarações e Informações Econômico-Fiscais, que adita a esta decisão, e, em consequência, autoriza a inclusão no cômputo do IPM DEFINITIVO dos valores reclamados das DECLARAÇÕES CONSIDERADAS NO ÍTEM B, deixando-se de incluir os valores reclamados das DECLARAÇÕES NÃO CONSIDERADAS conforme Item A, em face dos motivos expostos.

PROCESSO Nº E-04/10761/2019 - DOU PROVIMENTO PARCIAL ao recurso interposto pela Prefeitura Municipal de BELFORD ROXO contra os Índices Provisórios de Participação do seu Município para o exercício de 2020, estabelecidos pela Resolução SEFAZ nº 50/2019, consoante as razões constantes do pronunciamento da Coordenadoria de Declarações e Informações Econômico-Fiscais, que adita a esta decisão, e, em consequência, autoriza a inclusão no cômputo do IPM DEFINITIVO dos valores reclamados das DECLARAÇÕES CONSIDERADAS NO ÍTEM B, deixando-se de incluir os valores reclamados das DECLARAÇÕES NÃO CONSIDERADAS conforme Item A, em face dos motivos expostos.

PROCESSO Nº E-04/10735/2019 - DOU PROVIMENTO PARCIAL ao recurso interposto pela Prefeitura Municipal de CABO FRIO contra os Índices Provisórios de Participação do seu Município para o exercício de 2019, estabelecidos pela Resolução SEFAZ nº 50/2019, consoante as razões constantes do pronunciamento da Coordenadoria de Declarações e Informações Econômico-Fiscais, que adita a esta decisão, e, em consequência, autoriza a inclusão no cômputo do IPM DEFINITIVO dos valores reclamados das DECLARAÇÕES CONSIDERADAS NO QUADRO A.

PROCESSO Nº E-04/10757/2019 - DOU PROVIMENTO ao recurso interposto pela Prefeitura Municipal de CACHOEIRAS DE MACACU contra os Índices Provisórios de Participação do seu Município para o exercício de 2020, estabelecidos pela Resolução SEFAZ nº 50/2019, consoante as razões constantes do pronunciamento da Coordenadoria de Declarações e Informações Econômico-Fiscais, que adita a esta decisão.

PROCESSO Nº E-04/10748/2019 - DOU PROVIMENTO PARCIAL ao recurso interposto pela Prefeitura Municipal de Duque de Caxias con-

ID: 2208042
SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL E GOVERNANÇA
COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS
EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL
INSTRUMENTO: CONTRATO CEDAE Nº 058/2019 (DFI).
PARTES: A COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE e a IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.
OBJETO: AQUISIÇÃO DE 11 (ONZE) ASSINATURAS DIGITAIS MENSIS DO DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.
PRazo: 12 (doze) meses.
VALOR: R\$ 3.850,00 (três mil oitocentos e cinquenta reais).
DATA DE ASSINATURA: 12/09/2019.
FUNDAMENTO: PROCESSO Nº E-07/100.131/2019 (Inexigibilidade de Licitação nº 002/2019 - DFI) -
 Id: 2208237
SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL E GOVERNANÇA
COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS
EXTRATO DE TERMO
INSTRUMENTO: TERMO CEDAE DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 017/2019.
PARTES: ESTADO DO RIO DE JANEIRO, POR MEIO DA SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL E GOVERNANÇA, SUA SUBSECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL E A COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - CEDAE.
OBJETO: Comunhão de esforços para realização de serviços de comunicação de interesse comum da CEDAE e do Estado do Rio de Janeiro.
PRazo: O Termo vigorará a partir de sua assinatura até 31/12/2019.
VALOR: R\$ 10.410.302,35 (dez milhões, quatrocentos e dez mil trezentos e dois reais e trinta e cinco centavos).
DATA DE ASSINATURA: 09/02/2019.
FUNDAMENTO: Processo Civil nº E-12/207/2091/2019 e Processo CEDAE nº E-07/100.418/2019.
 Id: 2208042
SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL E GOVERNANÇA
COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS
ASSESSORIA DE LICITAÇÕES
AVISO
MODALIDADE DE LICITAÇÃO: L 1º Nº 002/2019.
OBJETO: CONSTRUÇÃO DE POÇOS TUBULARES PARA REFORÇO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA DA LOCALIDADE DE ANDRADE COSTA NO MUNICÍPIO DE VASSOURAS - RJ.
DATA: 07/10/2019 - HORÁRIO: 11:00 h
LOCAL: Av. Presidente Vargas, nº 2.655 - Térreo - Sala de Licitações
VALOR ESTIMADO: R\$ 208.174,00
 O edital completo encontra-se à disposição dos interessados no site www.cedae.com.br/licitacao, podendo, alternativamente, ser retirado mediante permuta de duas resmas de papel tamanho A4 - 75g/m², no endereço supramencionado, onde os interessados também poderão obter todas as informações sobre a licitação, no horário de 9h às 12h e das 14h às 17h ou pelos telefones (XX) 21 2332-3836/2332-3828.
 Id: 2208377
SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL E GOVERNANÇA
COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS
ASSESSORIA DE LICITAÇÕES
AVISO
MODALIDADE DE LICITAÇÃO: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 635/2019 - ADPR-30
OBJETO: "SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO CORRETIVA NO MOTOR SÍNCRONO Nº 7 (Nº DE SÉRIE 33261-1), 18 POLOS, 9000 HP, 13,8 KV DA ELEVATORIA SUBTERRÂNEA DO LAMEIREAU"
DATA DA ETAPA DE LANCES: 01/10/2019 HORÁRIO: 11 horas
ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.licitacoes.caixa.gov.br
 O edital completo encontra-se à disposição dos interessados no Portal de Compras Caixa e no endereço eletrônico acima citado ou no site www.cedae.com.br/licitacao, podendo, alternativamente, ser retirado mediante permuta de duas resmas de papel tamanho A4 - 75g/m², no Av. Presidente Vargas, nº 2.655 - Térreo/Cidade Nova - RJ, telefones 21 2332-3829 e 2332-3831, no horário de 09h às 12h e de 14h às 17h.
 Id: 2208377
Secretaria de Estado de
Governo e Relações Institucionais
SECRETARIA DE ESTADO DE GOVERNO E
RELAÇÕES INSTITUCIONAIS
DIRETORIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EDITAL
A DIRETORIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS, no uso de suas atribuições, NOTIFICA, pelo presente Edital, a empresa VELOZ TRANSPORTES E LOGÍSTICA LTDA, inscrita no CNPJ nº 00.530.512/0001-60, para expressar-se relativamente à sua obrigação de implantar o Programa de Integridade e para assinar o instrumento contratual referente ao Pregão nº 003/2019 (SEI-15/001/001481/2019) no prazo de 5 (cinco) dias, nos termos do art. 64, § 1º, da Lei nº 8.666/93.
 Id: 2208052
Secretaria de Estado de Fazenda
SUBSECRETARIA DE ESTADO DE RECEITA
SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO
AUDITORIA FISCAL REGIONAL DA CAPITAL- AFR - 64.12
EDITAL
O AUDITOR CHEFE DA AUDITORIA FISCAL REGIONAL CAPITAL 64.12, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Arts. 214, IV e 216, IV, ambos do Decreto-Lei nº 05/75, vem pelo presente, intimar o contribuinte PAPEL SUL PAPELARIA E PRESTES LTDA, CNPJ nº 11.123.978/0001-67, INSCRIÇÃO 78.858.524, e pessoa de seus sócios BIANCA COELHO DE S SPOZOL DO AMARAL - CPF 056.299.307-40, MARCOS TAVARES MARTINS, CPF 596.316.437-00 e PATRICIA VERONICA ALVES DE MATTOS - CPF 074.888.317-83, ou quem o represente legalmente, a comparecer essa repartição fiscal, situada à Avenida Erasmo Braga, nº 118/3 - 4º andar, Centro, Rio de Janeiro, no prazo de 10 (dez) dias contados a publicação deste Edital, para tomar ciência da diligência de fl. 41 do Processo nº E-04/006-459/2017, referente ao Auto de Infração 03.524.975-2.
 Id: 2208033
SUBSECRETARIA DE ESTADO DE RECEITA
SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO
AUDITORIA FISCAL REGIONAL DA CAPITAL- AFR - 64.12
EDITAL
O AUDITOR CHEFE DA AUDITORIA FISCAL REGIONAL CAPITAL 64.12, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Arts. 214, IV e 216, IV, ambos do Decreto-Lei nº 05/75, vem pelo presente, intimar o contribuinte PAPEL SUL PAPELARIA E PRESTES LTDA, CNPJ nº 11.123.978/0001-67, INSCRIÇÃO 78.858.524, e pessoa de seus sócios BIANCA COELHO DE S SPOZOL DO AMARAL - CPF 056.299.307-40, MARCOS TAVARES MARTINS, CPF 596.316.437-00 e PATRICIA VERONICA ALVES DE MATTOS - CPF 074.888.317-83, ou quem o represente legalmente, a comparecer essa repartição fiscal, situada à Avenida Erasmo Braga, nº 118/3 - 4º andar, Centro, Rio de Janeiro, no prazo de 10 (dez) dias contados a publicação deste Edital, para tomar ciência da diligência de fl. 41 do Processo nº E-04/006-459/2017, referente ao Auto de Infração 03.524.975-2.
 Id: 2208033